

Lições da experiência russa



Por **FELIPE AMORIM DE OLIVEIRA***

As sanções à Rússia mostraram que crises externas podem acelerar a reinustrialização. Para o Brasil, o tarifaço pode ser um catalisador para reverter a nossa desindustrialização

1.

O conflito na Ucrânia, iniciado com o ataque massivo da Rússia em fevereiro de 2022, gerou análises geopolíticas e econômicas complexas. Embora as motivações e a moralidade da ação russa sejam amplamente questionáveis - e não haja nada de anti-imperialista em sua conduta -, a experiência russa nos mostra que a economia nem sempre responde a imperativos morais, e que choques externos podem, paradoxalmente, catalisar transformações internas.

Apesar das sanções ocidentais sem precedentes, a economia russa demonstrou uma resiliência notável. A contração do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 foi de apenas -2,1%, um resultado significativamente menos severo do que os -8,5% projetados inicialmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2023, o PIB russo registrou um crescimento de 0,7% e, em 2024, expandiu 4,1%, impulsionado em grande parte por robustos gastos públicos e uma eficiente realocação interna de recursos - uma espécie de keynesianismo bélico.

O desempenho positivo continuou no 1º trimestre de 2025, com uma expansão de 1,4% sobre o mesmo período do ano anterior. No âmbito externo, o superávit em conta corrente, embora tenha declinado de um pico de US\$ 237,7 bilhões em 2022 para US\$ 50,1 bilhões em 2023, permaneceu positivo, indicando a continuidade de fluxos de receita externa.

Esses dados confirmam aquilo que economistas como [James Galbraith](#) e [Ernani Teixeira Torres Filho](#) já vinham afirmando: as sanções aplicadas à Rússia não produziram o efeito devastador esperado. Pelo contrário, em muitos aspectos, elas forçaram uma reorientação econômica que pode ser interpretada como um “presente” inesperado.

James Galbraith defende que as sanções impostas à Rússia forçaram o país a aplicar uma política rigorosa de proteção comercial, industrialização forçada e controles de capital - políticas que, surpreendentemente, não seriam plausíveis antes, nem mesmo em 2022, por sua própria iniciativa. Ou seja, as sanções ocidentais acabaram por impulsionar, involuntariamente, uma agenda econômica voltada para a autossuficiência e a diversificação.

Complementando essa análise, Ernani Torres Filho argumenta que, dois anos depois, os impactos econômicos ficaram “bastante aquém do que foi inicialmente previsto”. A Rússia conseguiu sustentar fluxos financeiros internacionais, redirecionar seu petróleo para mercados não tradicionais (incluindo o Brasil), evitar o pânico nos mercados financeiros, manter controle sobre câmbio, inflação e funcionalidade do crédito, e substituir importações críticas com produtos chineses e reexportações via terceiros mercados, como Armênia e Azerbaijão.

a terra é redonda

A experiência russa demonstra que choques externos podem catalisar transformações internas, desde que haja autossuficiência em setores estratégicos e capacidade de adaptação.

2.

O recente ataque imperialista dos EUA ao Brasil, com o aumento de tarifas sobre produtos brasileiros (o chamado “tarifaço”), impõe desafios imediatos, como a redução da competitividade das exportações brasileiras para os EUA, pressão sobre setores dependentes do mercado americano, como agroindústria e mineração, e riscos de desaceleração econômica e perda de empregos em cadeias produtivas vulneráveis.

No entanto, assim como a Rússia transformou sanções em impulso para reestruturação, o Brasil pode extrair lições para reorientar seu modelo de desenvolvimento.

Um primeiro passo seria reverter a apreciação cambial e fortalecer a indústria nacional. O real valorizado prejudica a competitividade industrial. Uma política cambial mais favorável às exportações, combinada com incentivos fiscais para setores estratégicos, poderia reduzir a dependência de importações em setores como tecnologia e bens intermediários, fomentar a substituição de importações, especialmente em áreas como semicondutores, máquinas e produtos químicos, e proteger empregos enquanto estimula a inovação local.

Além disso, o Brasil deve diversificar suas parcerias comerciais e aprofundar os laços com os BRICS. A Rússia redirecionou seu comércio para a China e outros mercados não alinhados ao G7. O Brasil poderia aprofundar laços com os BRICS, especialmente a China, mas sem repetir o modelo primário-exportador, buscar acordos tecnológicos e industriais que permitam transferência de *know-how* e investimentos em setores de alta complexidade, e explorar novos mercados na África, Sudeste Asiático e Oriente Médio para produtos manufaturados.

Um terceiro eixo seria a retomada de uma política industrial ativa, como parte de um novo projeto nacional. Choques externos não são novidades para nós. Nos anos 1930, sob Getúlio Vargas, e nas décadas de 1950-70, com a industrialização por substituição de importações, o Brasil demonstrou capacidade de reagir a choques externos com planejamento estratégico.

É hora de retomar o papel do BNDES como financiador de longo prazo para indústrias de ponta, priorizar setores com encadeamento produtivo, como energia limpa, defesa, biotecnologia e tecnologia da informação, e fortalecer mercados internos para reduzir vulnerabilidade a crises globais.

3.

Por fim, o Brasil poderia aprender com a Rússia no que diz respeito ao controle de capitais e defesa financeira. A Rússia usou controles de capital para evitar fuga de dólares e desestabilização cambial. O Brasil precisa voltar a regular fluxos especulativos para evitar ataques ao câmbio e fortalecer reservas internacionais e mecanismos de proteção contra crises externas.

A experiência russa mostra que sanções (ou tarifas) não precisam ser uma sentença de colapso. Pelo contrário, podem ser o empurrão necessário para um projeto soberano de desenvolvimento. O Brasil tem vantagens que a Rússia não possui, como credenciais democráticas para liderar uma agenda de cooperação Sul-Sul, diversidade produtiva (agroindústria forte e potencial industrial latente) e um mercado interno amplo, capaz de sustentar demanda em momentos de crise.

A resposta ao tarifaço não deve ser resignação, mas oportunidade para um novo ciclo de industrialização. Isso exige

intervenção estatal estratégica, novas parcerias comerciais inteligentes (não apenas *commodities*) e inovação e tecnologia como eixos centrais. O momento é de alitevez e criatividade. O Brasil pode - e deve - usar esse desafio para superar a dependência e construir uma economia mais complexa. A alternativa é continuar refém de ciclos de vulnerabilidade externa e ataques à nossa democracia.

***Felipe Amorim de Oliveira** é doutorando no Instituto de Economia da Unicamp.

A Terra é Redonda